

É reconhecido que, para alcançar os objetivos e as metas propostos na Agenda 2030, é necessária uma parceria global, reunindo governos, academia, representantes do setor privado, **sociedade civil** - todos que possam contribuir legitimamente para o desenvolvimento sustentável.

O Brasil aderiu à Agenda 2030 e portanto deve adotar **políticas públicas** em conformidade com os princípios nela contidos. **A sociedade civil organizada e a população podem e devem contribuir** para a promoção de políticas públicas efetivas, visando garantir que governantes e legisladores ajam de acordo com o interesse da sociedade, em respeito às leis e à Constituição Federal.

É com base na participação social que os governantes têm acesso às demandas dos vários segmentos da sociedade aproximando as decisões das autoridades públicas dos reais interesses da população.



Como a sociedade civil pode ajudar a garantir a adoção da Agenda 2030?

- Construindo **redes, alianças e parcerias** para ação e mobilização;
- Democratizando o **debate político** sobre os temas da Agenda 2030 na sociedade;
- Fazendo o **monitoramento e cobrando** a prestação de contas e responsabilidade em relação às políticas adotadas e não-adotadas;
- Discutindo e apresentando **recomendações e soluções inovadoras**;
- Disseminando **boas práticas** em âmbito nacional e internacional;
- Exigindo ações para **enfrentar interesses comerciais ou corporativos** contrários aos dos objetivos de desenvolvimento sustentável;
- Ocupando espaços legitimamente conquistados para garantir a **participação social**
- Atuando para garantir que os **direitos** de todos e todas sejam sempre respeitados



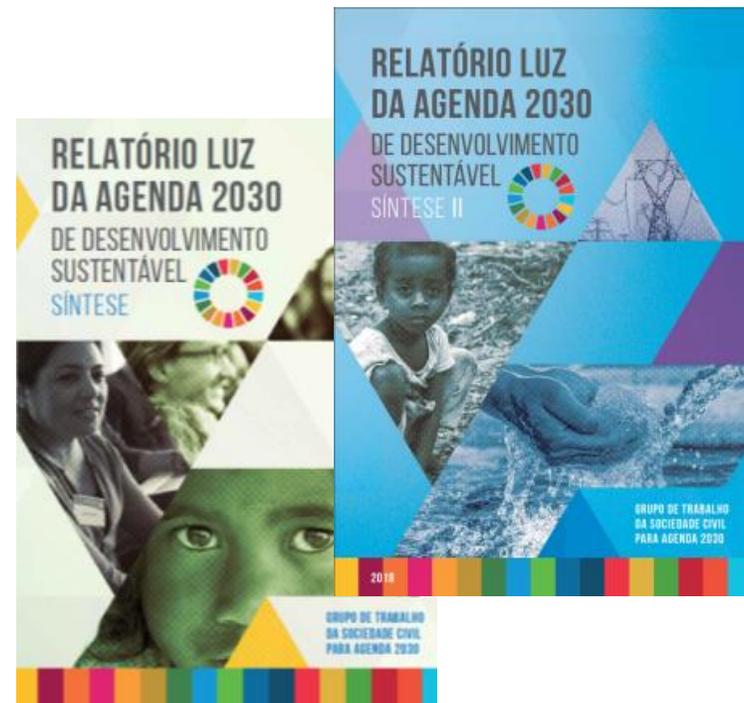
GT Agenda 2030

Várias organizações, entre elas o **Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030**, tem empreendido esforços em divulgar e apoiar a implementação da Agenda 2030 no Brasil.

O GT Agenda 2030 é uma coalizão formada por entidades de todas as regiões do país, de diferentes áreas de conhecimento. Juntos, cobrem todas as áreas dos 17 ODS.

Entre suas realizações está a produção de relatórios anuais sobre a implementação da Agenda 2030 no Brasil, com recomendações para alcance das metas

De acordo com o Relatório Luz 2018, o Brasil não deve cumprir os 17 ODS acordados pelos 193 países na Organização das Nações Unidas (ONU), se não adotar medidas urgentes e significativas para erradicação da pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável



15/03/2018 às 05h00

Brasil corre risco de retrocesso em temas da Agenda 2030, da ONU

Mais de 11 milhões de brasileiros moram em favelas, cerca de 34 milhões não têm acesso à água potável e 96% das cidades não contam com um plano de transporte: essas são algumas das estatísticas que mostram o tamanho da distância entre a realidade do país e as metas que se comprometeu a alcançar ao se tornar signatário, em 2015, juntamente com outros 192 países, da Agenda 2030 da ONU.

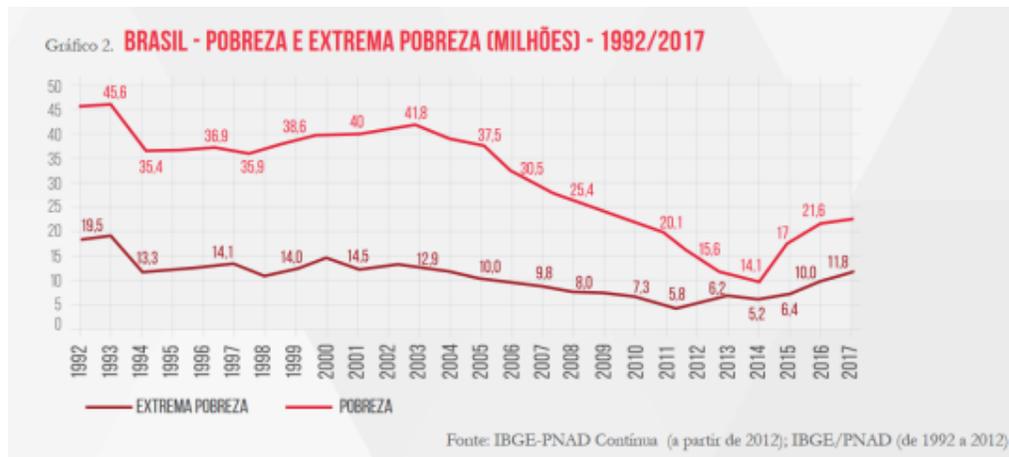
Congelamento de gastos no SUS, cortes na educação, extinção de programas de proteção ambiental, permanência no ranking de países com altos números de feminicídio e casamento infantil são outros indicadores de risco, contrários aos princípios da Agenda. É preciso fortalecer e criar novas políticas de enfrentamento de desigualdades, levando em conta os fatores sociais que reforçam condições de exclusão, como raça, etnia e gênero.



Apesar do país ter criado e implementado a Comissão Nacional dos ODS, bem como ter iniciado a discussão ampliada dos desafios por meio de Câmaras Temáticas, todo este processo corre o risco de ser extinto. O [Decreto nº 9.759/2019](#) extingue e limita a criação de órgãos colegiados no governo federal, ao revogar o Decreto nº 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS), conquista importante para o fortalecimento da democracia.

Crise faz crescer risco de o Brasil voltar ao Mapa da Fome, diz ONU

Além disso, a diminuição ou extinção de orçamentos de políticas e programas importantes para a sociedade traz consequências graves para o desenvolvimento sustentável.





A **Medida Provisória 870** colocou as organizações não governamentais sob monitoramento da Secretaria de Governo, ferindo a Constituição ao retirar a autonomia das OSC ao colocá-las sob a vigilância do Executivo. A MP 870 também extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que aconselhava a Presidência da República na formulação, implementação e monitoramento de políticas de segurança alimentar e nutricional. Importante conquista da sociedade civil após a redemocratização do Brasil e exemplo para muitos países, o Consea era um espaço de diálogo, coordenação e consulta entre governo e sociedade.



A ALIANÇA CAMPANHAS BLOG INFORME-SE CONTATE

Manifesto pela não extinção do Consea

Publicado em 8 de janeiro de 2019

Por meio de medida provisória, presidente Jair Bolsonaro encerra principal canal de diálogo sobre alimentação entre sociedade e governo

População e organizações se mobilizaram para mostrar a necessidade de continuar com a política de segurança alimentar e nutricional, e um dos exemplos dessas ações foi o Banquetaço, que aconteceu em fevereiro em 40 cidades brasileiras.

Relatório aprovado no início deste mês por comissão mista que analisou a MP 870 trouxe algumas vitórias para a sociedade civil: a retirada do poder da Secretaria de Governo de monitorar a atividade de ONGs; acatamento de uma emenda que prevê que o Consea volte a funcionar com a mesma estrutura de antes, mas, dessa vez, ligado ao Ministério da Cidadania.



Sociedade civil

Como interlocutoras das demandas sociais, as organizações da sociedade civil têm potencial de influir na definição das prioridades do Estado.



CONSEA SERÁ RECRIADO PARA GARANTIR SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS BRASILEIROS

terça, 07 de maio de 2019 às 12:00:00

HOME POLÍTICA

22 DE MAIO DE 2019, 17H32

Diante da pressão popular, governo recua e libera parte dos recursos para a Educação

Uma semana após os gigantescos protestos contra os cortes, o governo decidiu usar recursos da reserva orçamentária para desbloquear uma pequena parte do dinheiro destinado à Educação; rombo na área, no entanto, ainda é grande

Governo de SP volta atrás e diz agora que vai manter Projeto Guri

Estado havia anunciado corte de recursos e fechamento de unidades por falta de verbas. Agora, diz que não haverá demissões.



ONGs pressionam Câmara pela volta de frente parlamentar do Desenvolvimento Sustentável

POR **ATHOS MOURA** 16/05/2019 13:25



Exemplo recente do tabaco

Moro cria grupo para discutir redução de impostos sobre cigarros, e entidades reagem

Proposta contraria política que levou à redução de fumantes no país, diz ONG antitabaco; indústrias se dividem

Folha de SP
26.mar.2019

As políticas de preços e impostos são amplamente reconhecidas como um dos meios mais eficazes de influenciar a demanda e o consumo de produtos de tabaco.

Indústria do cigarro ganha R\$ 7,5 bi com projeto anticontrabando de Moro

Estudo ignora custos de saúde com tabagismo, dizem especialistas



Natália Cancian
Danielle Brant

Folha de SP
04.maio.2019



<http://bit.ly/PeticaoImpostoCigarro>
6600 pessoas já assinaram!



ACT
Promoção da Saúde

OBJETIVO GLOBAL #3

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



#GlobalGoals



META 3.4

REDUZIR AS MORTES PREMATURAS CAUSADAS POR DOENÇAS CRÔNICAS NÃO-TRANSMISSÍVEIS (DCNTS)



META 3.A) FORTALECER A IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO (CQCT)



O TABACO É UMA AMEAÇA PARA TODOS

DIGA NÃO AO TABACO

PROTEGER A SAÚDE, REDUZIR A POBREZA, PROMOVER O DESENVOLVIMENTO

31 DE MAIO: DIA MUNDIAL SEM TABACO

#NoTobacco



Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Preventiva

ACT

Promoção da Saúde

CONVITE

28/5, 3ª FEIRA

18H: DEBATE PÚBLICO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE DIVERSIFICAÇÃO EM ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO - PNDACT

PLENÁRIO 10, ALA DAS COMISSÕES, ANEXO II DA CÂMARA DOS DEPUTADOS - PALÁCIO DO CONGRESSO NACIONAL PRAÇA DOS TRÊS PODERES - BRASÍLIA - DF



ESCOLHA A SAÚDE, NÃO O TABACO

31 DE MAIO: DIA MUNDIAL SEM TABACO #NoTobacco



ACT Promoção da Saúde

A participação social é uma forma de conservar direitos já conquistados e de ampliá-los.

A sociedade civil desempenha o seu papel ajudando a mudar comportamentos e cobrando ações e prestações de contas de diversos atores com relação à implementação do desenvolvimento sustentável.

Conforme pesquisa do Banco Mundial (2011), a democracia participativa aumenta consideravelmente a qualidade de vida da população e ajuda no fortalecimento das instituições e da democracia.

A ativa participação da sociedade civil é indispensável para a tomada de decisões, o planejamento e a aplicação de políticas que fomentem o cumprimento da Agenda 2030.

“A Agenda 2030 é uma agenda civilizatória e deve ser nosso horizonte. Não podemos permitir que desapareça do âmbito político. Deve transcender os governos e se transformar em uma política de Estado (...). Para isso, é indispensável que a sociedade civil se envolva no desenvolvimento sustentável”.

Alicia Bárcena, secretária-executiva da CEPAL, na segunda edição do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Santiago, no Chile.



Garantir a participação social é fundamental para a democracia

Obrigada pela atenção



Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável

